



**Educação ambiental dialógico-crítica e sua relação com práticas de agroecologia e de educação do campo no território do extremo sul da Bahia**  
*Dialogical-critical environmental education and its relationship with the practices of agroecology and rural education in the extreme south of Bahia*

FERREIRA, Caroline Lins Ribeiro<sup>1</sup>; PEREIRA, Kelci Anne<sup>2</sup>; LOGAREZZI, Amadeu José Montagnini<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Unaerp Guarujá, clinsribeiro@gmail.com; <sup>2</sup> Universidade Federal do Piauí, kelciperreira@gmail.com; <sup>3</sup> Universidade Federal de São Carlos, amadeu@ufscar.br

**Eixo temático: Construção do conhecimento agroecológico e dinâmicas comunitárias**

**Resumo:** O presente trabalho é fruto de uma pesquisa de doutorado, realizada em 2018, que teve como objetivo destacar, de experiências relacionadas à educação do campo e à agroecologia, matrizes formativas e práticas que pudessem auxiliar na problematização de questões socioambientais tradicionalmente debatidas pela educação ambiental, adotando uma perspectiva dialógico-crítica, com vistas à formação de sociedades sustentáveis. A metodologia qualitativa, com aproximações do método materialista histórico dialético, possibilitou evidenciar contradições existentes no contexto agrário do extremo sul da Bahia e também identificar práticas camponesas, dinamizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Tais práticas têm apontado possíveis caminhos para a superação de contradições antagônicas, diante do degradante momento histórico vivido, marcado pelos obstáculos para a efetivação de uma reforma agrária popular e de outros entraves na formação de sociedades sustentáveis.

**Palavras-chave:** Educação socioambiental; saberes agroecológicos; escolas do campo; sociedades sustentáveis.

**Keywords:** Socio-environmental education; agroecological knowledge; rural schools; sustainable societies.

## **Introdução**

O extremo sul da Bahia apresenta antagônicos projetos societários pautados em contrários modelos de educação, produção agrícola e desenvolvimento do campo. De um lado, vemos um cenário de exploração, expropriação e mercantilização da terra e da vida, protagonizados pelas empresas nacionais e transnacionais, subsidiadas por fundos públicos e parcerias público-privadas. Basicamente, toda a monocultura (eucalipto) é mecanizada em grande escala, para fins de exportação e acúmulo de capital (ARAUJO, 2010; MALINA, 2013). Há forte apelo para o uso indiscriminado de agrotóxicos e fertilizantes químicos, sistematicamente oferecidos aos sujeitos do campo pelas empresas que se beneficiam dos lucros advindos da venda destes insumos e da expropriação do território. Estas ações se justificam, pelo agronegócio, como forma de modernizar a agricultura camponesa, considerada preconceituosamente como “ultrapassada”.



De outro lado, com todas as contradições que as cercam, conhecemos propostas de transição agroecológica de produção de alimentos saudáveis em assentamentos rurais. Estas propostas são constituídas de relações socioambientais geradoras de territórios que sustentam e são sustentados por famílias camponesas. Muitas delas são organizadas em movimentos sociais que têm a sua unidade na luta pela reforma agrária, por melhores condições de vida, trabalho, educação e soberania alimentar, reivindicações fundamentais para a viabilização da permanência no campo (CALDART, 2017).

De frente para esta realidade, nosso objetivo foi o de apresentar matrizes formativas e práticas de movimentos sociais do campo, que pudessem ser articuladas as atividades de educação ambiental, bem como identificar seu potencial de contribuição para uma abordagem dialógico-crítica de questões socioambientais.

## **Metodologia**

Para alcançar nosso objetivo utilizamos a metodologia qualitativa (HAGUETTE, 2003), com aproximações do método materialista histórico dialético (NETTO, 2012). Estas diretrizes possibilitaram evidenciar contradições existentes no contexto agrário do extremo sul da Bahia e também identificar práticas camponesas que por meio do trabalho coletivo com e na terra tem promovido ações educativas na direção da formação de sociedades justas e sustentáveis.

A pesquisa de campo realizada em junho de 2017 nos aproximou da Escola popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Brunetto - EPAAEB, localizada no município de Prado, no Assentamento Jacy Rocha. Também conhecemos a escola municipal de ensino fundamental “Estrelas do Chê”, localizada no Assentamento Gildésio, em Eunápolis-BA; e a escola municipal de ensino fundamental “Paulo Freire” localizada no assentamento Lulão, em Santa Cruz Cabrália-BA. Todas elas estão localizadas em assentamentos de reforma agrária dinamizados pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST. Como técnica de coleta de dados, lançamos mão de observações nestas escolas, entrevista individual com a coordenação da EPAAEB e outras três entrevistas coletivas com professoras/es e direção de três escolas públicas, todos eles integrantes do MST. A observação foi aprofundada gradualmente a partir dos elementos e temas que foram ressaltados durante o processo, além dos elementos que o atravessaram. Assim, foi possível descrever lugares, interações, culturas com o intuito de compreender a dimensão do vivido naquela realidade. As anotações em diário de campo serviram de subsídio às entrevistas, triangulada com ambas as técnicas. As informações foram sistematizadas a partir de um olhar cada vez mais atento e aprofundado da pesquisadora na relação intersubjetiva com os sujeitos envolvidos e com a literatura.

## **Resultados e Discussão**



Diante da necessidade de alternativas para o desenvolvimento econômico e social dos assentamentos de reforma agrária conquistados, o MST ajusta os rumos de continuidade de luta pela terra. Para realizar a luta de classes, o movimento disputa um modelo alternativo de agricultura, ou seja, uma transição de sua forma de produzir que primará pela sustentabilidade em todos os seus aspectos e pelo fortalecimento do modo de vida camponês (CALDART, 2017). Com esse ajuste que assume a transição agroecológica, como uma forma de sair da lógica do agronegócio, gera-se um embate explícito contra a forma de produzir e de transformar o território, empregada pelos grandes proprietários rurais e de empresas transnacionais de papel e celulose.

Nesta direção, a construção da Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta “Egídio Brunetto” está associada ao Projeto Assentamentos Agroecológicos que é resultado de um dos vários processos históricos de luta pela reforma agrária neste território. Tal projeto é uma conquista dos movimentos sociais do campo em parceria com universidades e instituições de apoio à reforma agrária, com ações pensadas pelo MST como meio de impulsionar a agroecologia no extremo sul da Bahia, junto com a educação do campo, como estratégia complementar à luta pela reforma agrária.

Foram conquistados, pelos movimentos sociais (MST, Aprunve, Unidos Venceremos, entre outros), 30 mil hectares de terra distribuídos em 17 áreas, onde estão assentadas aproximadamente 1.500 famílias camponesas. Estas famílias são produtoras de uma cultura específica, marcada por uma profunda interação com a natureza e construtora de um conhecimento popular agrícola, baseado também na organização social, devido à luta empreendida na direção da superação de injustiças socioambientais do campo, particularmente, contra o agronegócio.

Nos assentamentos pudemos observar variedades de alimentos como: mandioca, milho, coco, feijão guandu, abóbora, banana, maracujá, pimenta, tomate, batata doce, verduras diversas, urucum, além de animais. Os arranjos produtivos mais comuns são milho com feijão e banana com milho. Também são produzidas hortas consorciadas diversas, integradas aos sistemas de produção animal (uso de esterco, etc.). As famílias produzem conforme suas culturas culinárias e agrícolas locais e as condições ambientais da região. Os produtos possuem propostas alternativas de circulação, podendo ser para consumo próprio, permuta, doação para vizinhos e festas comunitárias, venda local, entre outras.

Para a transição agroecológica destas áreas, a regional do MST do extremo sul da Bahia organiza a formação de uma equipe técnica (geralmente assentados, estudantes universitários, professoras/es, especialistas da Fiocruz etc.), que atua em 19 assentamentos de reforma agrária, a fim de fortalecer a organização coletiva e a produção nas áreas dos assentamentos, criando diferentes espaços pedagógicos e de produção que é a própria constituição e organização dos assentamentos. Os processos formativos contam com a troca de conhecimentos agroecossistêmicos, a



formação técnica e política, o aumento de escolaridade, a cooperação agrícola e a criação de tecnologias adaptadas à agricultura camponesa.

Assumindo uma concepção de agroecologia que se reafirma como fruto das contradições do modo capitalista de fazer agricultura (agronegócio) e da resistência histórica camponesa em contrapor tal modelo, a Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Brunetto tem reunido esforços para impulsionar a agroecologia como movimento social, prática e ciência, por meio de diferentes projetos educativos livres e também com cursos de educação formal.

Uma das ações realizada nesta escola foi o curso de Bioconstrução que articulou permacultura e agroecologia como horizontes para autonomia camponesa. Além de se concretizar enquanto processo coletivo de educação popular, na perspectiva agroecológica, formando sujeitos agricultores capazes de aprender criticamente e difundir em suas comunidades técnicas socioambientalmente apropriadas, o curso também contribuiu para incrementar a construção da estrutura física da escola. Foram utilizadas técnicas de solo-cimento, construção de biodigestor, cisterna, sistema modulado de tratamento de esgoto residual, plantios cíclicos, mandalas produtivas, entre outras.

Estas tecnologias de baixo impacto ambiental são coerentes com princípios da agroecologia por partirem de um modelo endógeno e sustentável de produção. O método das aulas contou com práticas de mutirão e possibilitou aprendizado prático, de ação coletiva, na medida em que as pessoas se apropriaram de todo o processo de construção da escola, ao mesmo tempo em que a construíram. As relações entre educação e trabalho e entre escola e produção foram pilares deste processo formativo. O trabalho, portanto, se consolida como uma das matrizes pedagógica do MST, e, deve compor o ambiente educativo das escolas, no desafio de transformar as áreas de reforma agrária.

Também percorrendo o desafio de impulsionar a agricultura camponesa agroecológica, criando estratégias formativas amplas que mobilizem todas as agências educativas presentes na vida do assentamento, que não se esgote na escola, embora tenham esta tarefa específica, destacamos outras duas escolas: a escola “Paulo Freire” e a escola municipal “Estrelas do Chê”. Ambas as escolas possuem ações articuladas à Campanha permanente pela Vida e contra os Agrotóxicos e têm se empenhado na construção de uma base curricular específica que passa a incluir em seu projeto pedagógico o debate e as práticas agroecológicas. Estas ações são estratégias de luta contra o agronegócio e a favor do fortalecimento da produção e transição agroecológica camponesa de todos os assentamentos da região.

As pessoas entrevistadas afirmaram seus esforços em aproximar, ao máximo, a discussão da agroecologia às outras matérias e ao contexto vivido pelas famílias. A atividade com a horta foi uma das mais mencionadas devido a sua interdisciplinaridade, sendo possível estudar por meio dela: cálculos matemáticos,



desenhos e formas geométricas, espécies nativas e sua utilização na saúde, ciclo hidrológico (falta de água para a irrigação), reflorestamento, reutilização e reciclagem, entre outras interações agroecológicas que envolvem o trabalho na terra, bem como, a integração e coevolução do ser humano - natureza.

## **Conclusão**

A pesquisa revela a existência de um sujeito camponês que se utiliza de diferentes estratégias para compatibilizar a produção agrícola com a preservação socioambiental e a luta pela educação. A agroecologia se revela como prática de manejo integrado e ecológico, potencializadora e articuladora de diferentes conhecimentos (novos e ancestrais) e técnicas potencialmente capazes de eliminar a dependência externa de insumos químicos industriais.

As escolas promovem uma concepção ampliada de agroecologia, a partir das análises das práticas do campesinato, realçando-a como modo de vida e perspectiva territorial (mais do que matriz produtiva meramente). Assim, ao mesmo tempo em que objetivam valorizar o território camponês como espaço de vida, trabalho e resistência, evidenciam a permanente luta contra o modelo de acumulação do agronegócio. Desta forma, a agroecologia e a educação do campo desempenham papel importante para os processos de transformação do campo por reunir diferentes propostas de produção agrícola, de organização do trabalho e da vida de forma contra hegemônica. As práticas estão balisadas no trabalho social, no diálogo de saberes e na modificação consciente do ambiente, como instrumentos para a viabilização da reforma agrária e a efetivação de outro modelo societário.

Concluimos assim que tais experiências, com todas as contradições que as cercam, têm potencial para problematizar questões socioambientais, tradicionalmente debatidas na área de educação ambiental, particularmente, em uma perspectiva dialógico-crítica. Esta problematização passa pela denúncia do modelo produtivo do agronegócio (com a sua pedagogia antiecológica e socialmente desigual), mas também pelo anúncio de uma práxis que tenta sintonizar os limites e as possibilidades ecossistêmicas com as necessidades produtivas e culturais das(os) camponesas(es). Portanto, o modo de vida destes sujeitos assume grande importância, em um momento em que a questão socioambiental tem apresentado enfoque superficial das questões sociais do campo, partindo de um modelo de desenvolvimento economicista e urbanocêntrico.

## **Referências bibliográficas**

ARAÚJO, Marlene de. A luta pela terra na região extremo sul da Bahia/Brasil: um estudo da espacialização e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (1985-2005). In: **Congresso latino-americano de sociologia rural**. 2010. p. 1-20.



CALDART, Roseli Salete. Trabalho, agroecologia e educação politécnica nas escolas do campo. In: PIRES, João Henrique; NOVAES, Henrique Tahan; LOPES, Joice Aparecida; MAZIN, Ângelo Diogo(orgs.). **Questão Agrária, Cooperação e Agroecologia**. Uberlândia: Navegando, 2017. v. 3.

HAGUETTE, Tereza Maria Frota. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. 10<sup>a</sup> ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

MALINA, Léa Lameirinhas. **A territorialização do monopólio no setor celulístico-papeleiro: a atuação da Veracel Celulose no Extremo Sul da Bahia**. 2013. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, v. 2012.